

**DIFERENCIAÇÃO RACIAL DURANTE O PROCESSO EMANCIPACIONISTA
NO SERTÃO DA BAHIA: AS TRAJETÓRIAS DE ESCRAVOS, FORROS E
LIVRES (1871-1910).**

Ana Paula Carvalho Trabuco Camelier

Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal da Bahia e
Doutoranda pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e
Africanos, Universidade Federal da Bahia.
Endereço Eletrônico: ana_trabuco@yahoo.com.br

Após um longo período de silêncio na historiografia, as trajetórias de vida de escravizados, libertos e as populações “livres de cor” passaram a ser investigadas de maneira sistemática nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, permitindo compreender a realidade daqueles sujeitos tanto no Recôncavo quanto em alguns territórios dos Sertões da Bahia. Há, contudo, redes de sociabilidades dentro do regime da escravidão e do pós-abolição em territórios da Bahia que não foram contempladas e que merecem ser investigadas. O projeto de doutorado em andamento na Universidade Federal da Bahia propõe estudar as estratégias de luta pela sobrevivência entre esses sujeitos históricos, na região que abrange a atual Irará (antiga Purificação dos Campos), Coração de Maria, Pedrão, Ouriçangas e Inhambupe (Nordeste da Bahia)¹. A escolha por esse recorte é o aprofundamento da pesquisa de mestrado, na qual foi possível investigar a conquista da alforria pelos escravizados na antiga Vila de Serrinha/Bahia e que era dependente da comarca de Purificação dos Campos (LACERDA, 2008). Um dos principais questionamentos que surgiram no desenrolar daquele estudo recaiu sobre as formas de sociabilidades, resistência e tensões entre libertos, a população escravizada e “população de cor”, já que todos conviviam cotidianamente em pequenos planteis da região.

Assim, durante a continuidade das pesquisas, foi possível perceber que as referidas localidades se entrelaçam, não apenas devido à questão geográfica, já que todas são vizinhas ou bastante próximas, mas também nas redes de sociabilidade, nas dinâmicas da economia e nas características das relações entre senhores e os grupos subalternos.

¹ Essa região está localizada na fronteira entre o Recôncavo e o semi-árido da Bahia.

O recorte temporal contempla o referido território a partir da Lei de 1871 até os anos iniciais do pós-abolição, analisando as dificuldades e caminhos percorridos pelas populações negras em uma sociedade que vivenciava a crise do sistema escravista, com a intensificação das leis abolicionistas, e os anos iniciais do Regime Republicano com suas políticas de repressão direcionadas para esses grupos sociais. Nas décadas finais do século XIX, o contexto era de intensificação da resistência escrava - e a abolição não acalmou os ânimos. Estudos apontam a presença de libertos em casos de ameaças à ordem e aos seus ex-senhores, cometendo furtos, incendiando plantações e praticando outros delitos, expondo as tensões ainda mais concentradas nesse contexto de crise social (ALBUQUERQUE, 2010). Foram muitas as tentativas dos recém egressos do cativeiro por inserção social e essas lutas são repletas de laços de solidariedade e arranjos diversos - e as noções de cidadania negra e diferenciação racial estavam bastante presentes, sendo, assim, o cerne da pesquisa.

De acordo com Jucélia Santos (2008), o povoamento de Iará começou em meados do século XVII, com as entradas chefiadas por Antônio Guedes de Brito. A colonização da região se consolidou com o avanço da pecuária no século XVIII e instalação de currais de gado em todo o sertão. Em 1842, ocorreu a criação da Vila da Purificação e sua importância regional pode ser percebida com a dependência das Vilas de Santana da Serrinha, Santíssimo Coração de Maria, Ouriçangas e Santíssimo Coração de Jesus de Pedrão à sua Comarca. No final do século XIX até meados do século XX, todas essas localidades foram desmembradas de Purificação dos Campos: o distrito do Santíssimo Coração de Maria em 10 de março de 1891, Ouriçangas em 27 de março de 1963 e Pedrão que em 12 de julho de 1962. Já Inhambupe foi separada de Água Fria em 26 de janeiro de 1801, tornando-se comarca, assim como Purificação dos Campos, e elevada à condição de cidade em 06 de agosto de 1896².

O Censo de 1872 apresenta uma visão geral da população livre e escrava, além de fornecer preciosas informações, de natureza diversa, sobre a região estudada. O documento afirma que o total de escravizados dessa região era de **6218** indivíduos, em um período marcado pelo processual decréscimo dessa população, devido a fatores como a alta dos preços e leis abolicionistas. Os africanos (sem especificação étnica) que

² Dados disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Último acesso em: 18 de Outubro de 2018.

compunham esse número eram, no total, **386**, configurando o seguinte: em Inhambupe, um total de 74; 45 para Purificação dos Campos; 267 africanos para Pedrão, sendo 200 mulheres³.

Uma das principais características dos sertões baianos no século XIX e meados do XX eram as relações de poder vinculadas à racialização e ao mandonismo local. Entre as relações que demarcam o fortalecimento do poder nessas localidades, destacam-se a escravidão e a posse da terra, assim como ocorria em todo o Império brasileiro. De acordo com Elisângela Ferreira, no sertão baiano, as relações de caráter paternalista que estabeleciam entre os fazendeiros de prestígio e a população, principalmente agregados e escravizados, reforçava a importância dos laços pessoais entre eles (2005, p. 196). A referida pesquisadora ressalta que, mesmo que o paternalismo tenha sido uma forma de mediação das relações sociais, o sertão também foi espaço para negociações e conflitos nos quais “os sujeitos que souberam ler os códigos culturais postos se movimentaram cotidianamente nas malhas do poder local, sob o peso de uma ótica escravista ainda pouco considerada quando se trata de analisar o sertão da província” (2005, p. 197).

Uma outra característica relevante sobre a região é que não há registros de um grande proprietário de terras e senhor de grande escravaria. A maioria das fazendas teve suas terras divididas em pequenas propriedades, onde os donos certamente lidavam diretamente com o trabalho, possuindo poucos escravizados. O trabalhador livre também convivia com o escravo, e, nesse contexto, é muito provável a grande presença de libertos e de uma massa de trabalhadores livres pobres.

Pensar em como indivíduos recém saídos do cativeiro permaneceram na resistência contra a exclusão e o mandonismo local, característicos dos sertões baianos, em uma região marcada pela já presente resistência escrava, é um dos cerne da pesquisa em andamento. Tal afirmativa pode ser comprovada pelo número de quilombos existente, especialmente em Iará, nas comunidades de Crioulo, Mocambinho, Olaria e Tapera (BISPO, 2008), além do aumento de fugas por toda a localidade, especialmente em fins do século XIX.

³ **Fonte:** <https://archive.org/details/recenseamento1872ba>. Último acesso em: 13/04/2018. Censo de 1872.

Assim, o que pretende-se analisar, no contexto e temporalidade descritos acima, são as vivências desses sujeitos da história, e, através delas, refletir sobre as consequências da abolição para as relações sociais e os redimensionamentos com relação às concepções de diferença e pertencimento racial, em uma região do sertão Bahia. A proposta é reconhecer que as estratégias de luta e sobrevivência, as sociabilidades, as visões de liberdade e identidades formadas antes do fim do regime escravista informam sobre as características das tensões que continuam a existir nos anos posteriores à abolição entre os grupos subalternos e os detentores de poder.

Cabe mencionar que o conceito de raça aqui mencionado não está relacionado ao viés biológico, mas a um dos critérios de diferenciação política, econômica e social, especialmente durante o contexto abordado pela presente proposta de pesquisa, com ampla difusão e prestígio científico. De acordo com Lilia Schwarcz, a década de 1870 pode ser vista “como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental” (1993, p. 14). Não é objetivo discutir as teorias raciais em vigência no Brasil, mas a obra da referida autora torna-se relevante no sentido de apontar o quanto essas teorias estiveram presentes nos discursos das elites letradas em finais do século XIX, os chamados “homens de ciência” e o quanto ganharam penetração social.

Em “A hierarquia das raças”, Jeferson Bacelar afirma que a cor é a categoria racial central no Brasil, e que

a classificação se opera a partir do eixo básico, a cor, acrescida de outros elementos fenotípicos, como a textura do cabelo e também de qualidades socioculturais, que vão da origem familiar, categoria profissional, situação econômica, escolaridade, até o estilo de vida. (2001, p. 57)

A referida obra é fundamental não apenas devido à discussão teórica, como também devido à sua criticidade documental e metodológica – a etno-história. Bacelar realiza uma análise de documentos como inventários e testamentos e as possibilidades que os dados obtidos fornecem para uma discussão acerca das hierarquias vigentes em Salvador. O autor afirma que essa é a única documentação do período estudado que aborda a cor com as categorias ocupação e patrimônio, essenciais para seu estudo.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela intensificação das modificações na historiografia brasileira de forma geral. Foi naquele contexto que o cotidiano dos grupos sociais até então excluídos pelas análises historiográficas passa a ser destaque entre os pesquisadores brasileiros e a resistência escrava passou a ser vista como luta complexa, vivenciada por esses sujeitos históricos em seu cotidiano, tendo como contraponto a reelaboração permanente da relação com seus senhores e evidenciando a existência de espaços negociados no interior do conflituoso sistema escravista. Sobre a história social da escravidão, Suely Robles Reis de Queiroz (2000) afirma que foi também nesse período que ganhou impulso estudos relacionados à família escrava, além de novas pesquisas acerca da resistência cotidiana, concretizados com a utilização de novas fontes, a exemplo dos processos criminais.

A tese de doutoramento de Hebe Mattos resultou em um dos principais estudos relacionados ao tema na historiografia brasileira. Refiro-me à obra “Das cores do silêncio”, publicada primeiramente em 1995 pelo Arquivo Nacional. A autora, utilizando do diálogo entre diferentes fontes, a exemplo dos processos criminais, jornais e inventários, procurou analisar as redefinições nos padrões de dominação senhorial nas últimas décadas da escravidão e no pós-abolição no atual Sudeste, e, mais especificamente, em algumas regiões rurais do Rio de Janeiro. Ao discutir os significados de liberdade, Hebe Mattos analisou visões de direitos senhoriais e escravos através de diversas ações utilizadas por estes, especialmente sob a possibilidade de “viver sob si”, quando, em alguns casos, os escravizados conseguiam aproximar-se da situação dos libertos, através do acesso à terra, por exemplo.

Outra das primeiras obras que modificaram as pesquisas relacionadas à escravidão no Brasil é “Visões da Liberdade” de Sidney Chalhoub (1990). A partir de uma análise das diversas visões de liberdade e de cativo dos escravizados no Rio de Janeiro nas últimas décadas da escravidão, o autor, ao utilizar os processos criminais e as ações cívicas de liberdade como fontes principais de pesquisa, não apenas questionou a ideia de que o escravizado resiste apenas em busca da alforria, mas também a ideia de resistência apenas associada à ruptura do sistema, como as fugas e formação de quilombos. As diversas visões de liberdade dos escravizados os direcionavam para várias ações em busca de seus objetivos, dentro de suas possibilidades, desde a entrada

na justiça, através do auxílio de um curador, até, durante o “período de teste”, burlar o trabalho, agredir senhores ou atacar os donos das casas de comissão, para que a compra não se consolidasse.⁴

É ainda nesse contexto que torna-se imprescindível citar a obra de Robert Slenes, “Na senzala, uma flor”, publicada em 1999. Historiador com estudos relevantes relacionados à família escrava no Brasil, tema até então considerado de pouca importância pela historiografia, Slenes, a partir de uma competente análise quantitativa de suas fontes primárias, realizou, através da chamada “ligação nominativa” estudos sobre a estabilidade das famílias escravas nos grandes plantéis do Sudeste, apesar da ação do mercado e das altas taxas de mortalidade. Seus estudos também são importantes no sentido metodológico, através do uso das ferramentas emprestadas à demografia e estatística. Em regiões dos sertões da Bahia, diversos estudos comprovam que, mesmo em localidades caracterizadas pelos pequenos planteis, a formação de famílias compostas por escravizados, libertos e livres pobres não eram raras (RIOS, 2003; LACERDA, 2008).

A partir do ano 2000, com a chamada “Nova historiografia da escravidão”, percebemos um considerável aumento de estudos relacionados ao tema em todo o Brasil, através de novas publicações como dissertações de mestrado, teses de doutorado e periódicos. É também nesse contexto que crescem os números de obras relacionadas aos libertos durante o regime escravista e ao pós-emancipação, a exemplo da obra dos organizadores Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha, “Quase-Cidadão” (2007), composta por textos produzidos por autores como Lilia Schwarcz, Hebe Matos, Richard Price e Sidney Chalhoub e que discute pesquisas relacionadas às últimas décadas da escravidão e as limitações dos libertos no contexto do pós-abolição.

Finalmente, no âmbito dos estudos sobre o tema na historiografia brasileira atual, cabe citar recente publicação do já mencionado historiador Sidney Chalhoub, “A força da escravidão” (2012). Nesse estudo, Chalhoub analisa “os modos pelos quais a força da escravidão tornava precária a experiência de liberdade de negros livres e pobres no Brasil oitocentista e as lógicas sociais e políticas de produção duma espécie de

⁴ Segundo o autor, esse era o período em que o escravo era “testado” pelo seu senhor até confirmar a compra, caso que ocorria com os escravos comercializados através do tráfico interno em que muitos deles foram separados de suas famílias na região onde viviam e objetivavam o retorno.

interdito à própria representação dessa situação” (p. 28). Com a utilização de fontes como policiais e prisionais, além de processos cíveis de liberdade e manutenção de liberdade, o autor buscou analisar as frágeis fronteiras entre o trabalho livre e escravo, no contexto de proibição da comercialização de africanos para o Brasil, a partir de 1831, além das medidas adotadas pelo Estado Imperial para o cumprimento da lei e, ao mesmo tempo, manutenção da escravidão, com repercussões importantes para as relações entre senhores e escravos no Brasil.

Todas essas obras acima citadas são importantes para reflexões sobre a temática estudada no sentido de possibilitarem reflexões sobre fontes, experiências de pesquisa e conceitos (especialmente as “visões de liberdade” evidenciadas por Chalhoub e Hebe Mattos), mesmo que centrados em regiões do Sudeste. Uma questão importante evidenciada pela “Nova Historiografia da Escravidão” é, além da utilização de fontes como os processos criminais, e a metodologia que chamamos de “ligação nominativa de fontes”, que possibilita, através da associação documental, encontrar e rastrear as trajetórias desses sujeitos, o também aumento de análises da escravidão e do pós-abolição como processos que devem ser estudados de forma associada – procurando abolir a separação entre “escravidão” e “liberdade” de suas análises. Um tanto além dessa discussão está a obra composta por Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott, “Além da escravidão” (2005), já que os autores propuseram discussões de sociedades no pós-abolição, incluindo categorias como capitalismo, imperialismo e colonialismo, em torno de debates sobre cidadania em regiões como Cuba e Lousiana, por exemplo.

A seguir estão em evidência as principais obras da historiografia baiana relacionadas ao tema de abordagem, além de estudos também importantes sobre o contexto da Bahia no período estudado e que são especialmente indispensáveis para o aporte teórico da pesquisa. São principalmente análises relacionadas aos sertões da Bahia, visto que é imprescindível dialogar com pesquisas em que o contexto de estudo é semelhante.

A Bahia oitocentista foi palco de inúmeros acontecimentos que fizeram do século XIX talvez o mais turbulento de sua história: lutas pela independência, revoltas escravas e de povos livres, aumento do tráfico negreiro, movimento abolicionista, fim

da escravidão e da monarquia. Muitas das modificações econômicas, políticas e sociais ocorridas especialmente em Salvador e Recôncavo foi muito bem documentado por Kátia Mattoso (1978), em uma de suas principais e mais importantes obras sobre a Bahia do século XIX. Com o advento da República, a Bahia vivenciou um período de declínio político e econômico no cenário nacional, eram “tempos de infortúnio”, segundo Rinaldo Leite (2012). No contexto geral do país durante os primeiros anos do novo regime político, a ideia era estabelecer normas mais eficazes de controle sobre a população negra e recém saída do cativeiro, que pudessem evitar desordens, sambas, batuques, candomblés (SANTOS, 2009).

A obra de Walter Fraga Filho, “Encruzilhadas da Liberdade” (2006) também é leitura indispensável para o estudo da escravidão e pós-abolição na Bahia. Ao analisar conflitos e alianças de escravos e libertos no Recôncavo Baiano, o autor, através da “ligação nominativa de fontes”, analisou experiências vividas por esses sujeitos da história com o objetivo de estudar a força da escravidão no Recôncavo e as vivências de libertos na região, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. O estudo do referido autor nos possibilita a percepção de uma crise de legitimidade do escravismo na Província, associada com os movimentos de resistência dos escravizados, além das barganhas dos libertos que, por exemplo, conseguiram aumentar o número de dias que poderiam dedicar a suas plantações. Esse estudo dialoga bastante com a pesquisa, tanto no recorte temporal, evidenciando o processo de crise do sistema escravista e os anos iniciais do pós-abolição, quanto na proposta metodológica. Fraga Filho analisa importantes exemplos de manutenção dos laços de solidariedade dos protagonistas de sua pesquisa durante a escravidão e no pós-abolição, o que também pretende-se analisar, apesar das especificidades da região estudada.

Para as análises sobre o pós-abolição e as tensões raciais características do Brasil nesse contexto, cabe citar “O jogo da dissimulação” de Wlamyra de Albuquerque (2009). A autora, na referida obra, além de realizar uma discussão do processo abolicionista na Bahia, analisando algumas ações e discursos do Estado Imperial que demonstravam suspeição com relação aos africanos, trata também do contexto pós-emancipação e das reações tanto de libertos quanto de ex-senhores, como os “abusos de liberdade” dos libertos e a “expectativa do caos”. Albuquerque também associa os

discursos da época com ideias racialistas que simplificavam antagonismos, negociações, identificações e preconceitos. A obra é fundamental para dialogarmos sobre o contexto imediatamente após a abolição, já que a autora nos direciona para os diversos jogos de reconstrução de domínios diante da derrocada da escravidão – Albuquerque nos faz perceber o quanto esse sistema ainda era presente no cotidiano da sociedade do pós-abolição. Através do diálogo com as análises da referida autora, também busca-se analisar o processo de crise do sistema escravista e do pós-emancipação em localidades do sertão da Bahia e de que forma foram mantidos os domínios das elites e as redes de sociabilidades das classes subalternas que também estavam associados à ideia de raça.

Sobre os estudos com centro de análises nos sertões da Bahia, é importante citar a dissertação de mestrado de Iara Nancy Araújo Rios (2003), que identifica a composição do grupo dominante em Conceição do Coité, no Sertão dos Tocós e demonstra a existência de agentes sociais que ultrapassavam o binômio senhor-escravo. Rios, cuja pesquisa não priorizou as relações escravistas em Coité, ao analisar formação de famílias, constatou grande número de casamentos entre escravizados, livres e libertos, por exemplo, dado importante para as pesquisas sobre os Sertões da Bahia.

Um dos historiadores mais relevantes para estudos relacionados aos Sertões é Erivaldo Fagundes Neves (1998), inclusive com conceitos que são utilizados nesse trabalho: sertões e história regional e local. O autor defende que o sertão baiano não possui as mesmas características, por isso a importância de estudá-lo considerando suas especificidades históricas, sendo assim mais correto falarmos em “sertões” da Bahia. Neves também analisa a ocupação econômica e formação sociocultural do sudoeste da Bahia, região da Serra Geral, destacando a transformação dos grandes latifúndios em minifúndios e o desenvolvimento de uma economia baseada na criação animal associada à policultura e aspectos sociais como as características do poder local e a existência da escravidão. Analisa, para essa região, as relações escravistas e a convivência com o trabalho familiar. Em artigo publicado na Afro-Ásia (2000), Neves, através de diálogo com vasta documentação, indicou a transferência de escravos de Caetité para lavouras de café do Oeste paulista, importante discussão acerca do tráfico interprovincial nos sertões da Bahia que, segundo o autor, é quase imperceptível na documentação cartorial.

A pesquisa de Ricardo Tadeu Caíres (2000), que estuda as ações de liberdade e estratégias dos escravizados, inclusive de Inhambupe, para a conquista da liberdade, demonstra o conhecimento desses indivíduos quanto às leis estabelecidas a partir de 1871, especialmente a criação do Fundo de Emancipação. Minha dissertação de mestrado (2008) estuda as relações escravistas em Serrinha, localizada no nordeste da Bahia, nas últimas décadas da escravidão, suas estratégias para a conquista da alforria, relações familiares e de compadrio, preço, comércio de escravos e principais formas de utilização do trabalho escravo. O importante, nesses casos, é perceber que as barganhas utilizadas pelos escravizados em suas experiências no cativo eram variadas e que, muitas delas permaneceram como estratégias de lutas no pós-abolição.

Ao estudar o percurso histórico da comunidade quilombola de Olaria, a 9 km de Iará, Jucélia Bispo dos Santos fornece dados importantes da então comarca Purificação dos Campos (2008). Ao utilizar inventários, registros eclesiásticos de terras e livros de notas, Jucélia faz uma análise da estrutura social e econômica de Purificação dos Campos, baseada na pequena propriedade e produção voltada para a policultura e pecuária. Outra característica é a presença de poucos escravizados por propriedade, já que esse trabalho convivia com o familiar, dados esses encontrados por mim em estudos durante o mestrado e por Erivaldo Fagundes Neves em pesquisa citada anteriormente. Através da utilização dos “Registros de compra e venda de escravos”, Santos notou que o valor correspondente era relativamente alto para as condições econômicas da região, dado também percebido para Serrinha. Ao analisar esses dados, a autora constrói toda sua argumentação em torno da formação do quilombo de Olaria, reconhecida atualmente como comunidade quilombola, o que comprova não apenas a presença considerável da mão-de-obra escrava na região, como o uso de estratégias de resistência contra o regime escravista. O uso dos dados da referida pesquisa são indispensáveis no sentido de visualizar documentos particulares existentes na Comarca estudada, além da constatação de formas de resistência e redes de solidariedade entre escravizados e libertos na região.

Ainda no final da década de 1970, Consuelo Pondé (1977) analisou dados referentes à presença de africanos e portugueses em Inhambupe, associados a estudo anterior sobre relações Inter étnicas de casamentos realizados nessa Freguesia. A autora

constatou, através de análise dos registros paroquiais de casamento, que os dados referentes a negros são vagos e imprecisos, pois não indicam a procedência dos mesmos. Dialogando com esses documentos, Consuelo Pondé verificou, entre 1750 e 1799, a grande presença de angolanos, seguidos de Minas, de povos da Guiné, Nagôs, Benguelas e Congos. Praticamente a mesma predominância desses grupos ocorreram em períodos posteriores, sendo que, de acordo com essa documentação, 444 africanos casaram em Inhambupe entre 1800 e 1850, dado bastante relevante se levarmos em consideração a pouca presença africana em regiões distantes do tráfico transatlântico, a exemplo dessa Freguesia.

Ainda cabe citar dois importantes estudos relacionados à temática na Bahia, realizados pela historiadora Maria de Fátima Novaes Pires. O primeiro, “O crime na cor” (2003), está diretamente relacionado ao presente tema de pesquisa, já que sua abordagem central são os escravizados e forros no Alto Sertão da Bahia. Além de utilizar dados demográficos, preços, migrações e registros paroquiais, a autora também contribui através de suas análises acerca dos processos criminais para os estudos da escravidão e histórias de vida de libertos, discutindo a importância dessa documentação e importantes considerações sobre possíveis interpretações acerca da participação desses sujeitos em crimes diversos, analisando indícios de formas de opressão e arranjos cotidianos. Em “Fios da Vida” (2009), a autora discutiu especificamente o tráfico interprovincial também nessa região do Alto Sertão da Bahia. As contribuições mais evidentes dessa obra são suas análises com relação às cartas de alforria, discutindo o documento, os importantes dados nele contidos e as possibilidades de interpretação, a exemplo das cartas condicionadas, as compras com o pecúlio e aquelas “gratuitas”. Aqui, os processos criminais também são primordiais, ao passo que a historiadora consegue analisar, através desta documentação, as fugas como mecanismo de resistência contra o tráfico e a readaptação de escravizados e libertos ao seus lugares de origem, tornando, assim, diálogo fundamental para a nossa pesquisa.

Em “Gurgalha”, Jackson Ferreira (2018) segue a trajetória do casal Soares da Rocha, considerado o mais rico e poderoso de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu, Chapada Diamantina, Bahia, século XIX, além de seus dependentes, procurando analisar como esses poderiam usar dos laços de subalternidade para

benefício próprio. O autor lança mão de séries documentais para montar um perfil da população local, as características de alguns grupos, especialmente proprietários, dependentes livres e escravos, além de determinados parâmetros de fortuna e pobreza. A pesquisa de Jackson Ferreira demonstra um trato cuidadoso e criterioso com a documentação utilizada, com metodologia praticamente impecável, que possibilitou um estudo importante sobre relações de poder nessa região da Bahia.

Após toda a discussão teórica, deve-se ressaltar que a pesquisa está em andamento através de busca e análise documental. As fontes estão relativamente dispersas, e são bastante diversificadas: processos criminais, registros de casamento, batismo e óbito, cartas de liberdade, jornais, inventários, testamentos, documentos de compra e venda de escravos, correspondências diversas, pedidos de pagamento para libertação de escravos, listas de matrículas. Toda a documentação pode fornecer importantes dados sobre histórias de vida, de laços de amizade, familiares e de compadrio, experiências de resistência de escravizados, libertos e livres pobres “de cor” que permita uma análise específica sobre lutas durante os fins do período escravista e do imediato pós abolição, especialmente através de histórias individuais e coletivas de sujeitos que foram em busca de seus objetivos em contexto tão adverso.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. “A vala comum da raça emancipada: Rui Barbosa e a cidadania negra”. **Revista História Social** (UNICAMP), 2011.

_____. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BACELAR, Jeferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX**. São Paulo: Unicamp, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. SP: Cia das Letras, 1990.

_____. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. “Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco”. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 32, 2005. 185-218.

FERREIRA, Jackson. **Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)**. Salvador: Eduneb, 2018.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Unicamp, 2006.

LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. **Caminhos da Liberdade: a escravidão em Serrinha-Bahia (1868-1888)**. Dissertação de Mestrado (Pós-Afro). Universidade Federal da Bahia. 2008.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Feira de Santana, UEFS, 2012.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. RJ: Nova Fronteira, 1992.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)**. Feira de Santana: UEFS, 1998.

_____. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista”. **Afro-Ásia**, nº 24 (2000), 97-128.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

_____. **Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de cima – Bahia (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2009.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão negra em debate”. IN: FREITAS, César Marcos. **Historiografia brasileira em perspectiva**. SP: Contexto, 2000.

_____. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. Tese (Doutorado em História): UNICAMP, Campinas, 2007.

REIS, João José. (org). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. SP: Brasiliense, 1988.

_____; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. SP: Cia das Letras, 1989.

_____; AZEVEDO, Elciene. (org) **Escravidão e suas sombras**. Salvador: Edufba, 2012.

RIOS, Iara Nancy Araújo. **Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História): UFBA, Salvador, 2003.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O Poder dos Candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Etnicidade e Memória entre quilombolas em Irará-Bahia**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Universidade federal da Bahia. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENA, Consuelo Pondé de. **Portugueses e africanos em Inhambupe (1750-1850)**. Salvador: 1977.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Os escravos vão à justiça:** a resistência escrava através das ações de liberdade – Bahia, Século XIX. Dissertação (Mestrado em História): UFBA, Salvador, 2000.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava. RJ: Nova Fronteira, 2009.